

UMA RESENHA CRÍTICA ACERCA DO LIVRO DESERTIFICAÇÃO NEOLIBERAL NO BRASIL, DE RICARDO ANTUNES

Gabriel Moreira Nascimento ¹

Matheus Rangel Ferreira²

1. Introdução

Alguns títulos constituem uma quebra de expectativa e criam curiosidade por si só. Definitivamente este é um desses casos. No título, Ricardo Antunes deixa claro suas intenções críticas às políticas neoliberais das últimas décadas, e não deixa de incluir nenhum Governo – nem mesmo aqueles que, por muitos – mesmo que de forma incorreta – poderiam ser vistos como próximos a orientações de extrema-esquerda. O autor, no entanto, configura uma autoridade no assunto, e rapidamente nota-se, no tom objetivo de suas análises sempre de dentro das linhas temporais dos fatos, o pente fino realizado para desnudar o caráter desses governos. Além de membro fundador do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Ricardo Antunes produziu farta literatura dentro e fora da Academia sobre as relações de trabalho no Brasil a partir de casos concretos, como é o exemplo de sua tese de mestrado em sociologia na qual faz análise da greve geral no ABC paulista no final da década de 80. Tudo isso confere ao autor, além de qualificação com o tema, uma ótima escrita, capaz de colocar a obra no seleto *hall* das grandes obras sobre a sociedade brasileira que devem ser analisadas.

2. Apresentação

Desde os fins da segunda metade do século passado, um espectro vem rondando pelo mundo – o espectro do neoliberalismo. Por trás de um discurso lisonjeiro a ouvidos mais leigos, uma intenção apenas: honrar uma agenda da ordem social dominante, em pó os direitos que atravancavam o inchamento do grande capital internacional, e desconstruir progressivamente o estado de bem-estar social construído durante as décadas precedentes. É desse fenômeno que pegava carona no processo de globalização que será objeto de discussão

¹ Graduando em Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF).

² Graduando em Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF).

na obra, e mais especificamente nas suas demonstrações e resultados no Brasil. O autor utiliza-se de artigos produzidos por ele próprio, durante os momentos históricos sob os quais descrevia, para construir seus capítulos, fazendo assim uma visão mais interna e pessoal dos acontecimentos descritos. Muitos desses artigos foram publicados no decorrer desses fenômenos, enquanto outros se mantinham inéditos até o lançamento do livro.

Já na apresentação, o autor entra com os pés na porta e deixa claro que não pouparia críticas a nenhum dos atos que julgasse seguir o padrão neoliberal de fazer políticas: poupar e conservar a ordem, e onerar e subjugar o trabalhador.

3. O caminho do retrocesso: os impactos sociais dos primeiros anos da democracia

3.1. Governo Collor

O teor crítico da obra já se revela em seu princípio, na análise da campanha e das primeiras impressões geradas, especialmente, na ocasião do Plano Collor. O autor realiza uma comparação entre o Fernando Collor e Napoleão II, dentro de dois aspectos que toma como universalizantes e, portanto passíveis de se fazer uma comparação tão ousada como esta. O primeiro deles é a preocupação em seguir as necessidades da ordem, mesmo que os interesses da classe dominante sejam afetados de forma imediata. O segundo ponto trata-se da presença de uma suposta massa de manobra que teria como papel legitimar essas ações frente a quaisquer reações negativas desses setores mais poderosos. Outras comparações ainda cabem, como a supressão do legislativo durante a execução de seus projetos e o ar aventureiro da proposição eleitoral de Collor. Os reflexos dessas similitudes seriam graves, e o autor chega a prever algum cenário para a classe trabalhadora e aqueles que a defendem. Hoje podemos já afirmar: foi ainda pior.

Consolidado o fracasso do Plano Collor 1, e não satisfeito com seus resultados – por motivos óbvios – lançou-se o Plano Collor 2. Este, contraintuitivamente, não representou uma continuação do primeiro, mas sim uma tentativa rasa de tentar de forma desesperada cobrir os buracos deixados pela primeira fase desse projeto duplo. O projeto neoliberal no Brasil mostrava sua verdadeira face. Como o livro demonstra, as contradições das práticas neoliberais batiam à porta, especialmente do trabalhador, que não tinha a quem recorrer. Sufocou nosso parque industrial, expôs nossas riquezas e pôs em apuros os mecanismos de defesa dos trabalhadores.

O Governo Collor, enfim, definiu de forma nem tão surpreendente após as diversas denúncias de corrupção feitas pelo próprio irmão, no ato de revelar os esquemas de PC Farias. Isso agravou ainda mais a já intensa crise e a levou ao patamar máximo político. A *aventura eleitoral*, como diria o autor, fez acordar até mesmo os setores do capital que nela embarcaram em busca de evitar abalos na sua esfera de interesses, que seria supostamente gerado por uma esquerda no poder. Reconheceram seus fins catastróficos. Não é difícil reconhecer analogias nas eleições de 2018. O candidato Jair Bolsonaro (PSL), elegeu-se carregado por uma onda antipetista, produzida com ajuda das instituições da ordem, ampliada enormemente pela pirotecnia midiática dos veículos tradicionais de comunicação e reproduzida incessantemente pelos novos. Muitas são as semelhanças entre o velho caçador de marajás e o novo capitão. A política econômica, como enunciada pelo porta-voz de campanha Paulo Guedes, é idêntica a seu reflexo dos anos 90. Naquele tempo, os resultados foram crises e um cenário de desconstrução das lutas e dos direitos trabalhistas. Pouco nos faz demonstrar que agora o final será diferente.

3.2. Governo Itamar

Itamar havia sido uma das causas pela qual se atrasou ligeiramente o processo de *impeachment* de seu antecessor, o famigerado Collor. As razões para isso se encontram no seu passado de defesa de um nacionalismo e um reformismo estranhos à ordem. A incerteza de que um Governo Itamar pudesse dar continuidade à agenda de interesses dos setores dominantes do capital era uma preocupação e uma trava no crescimento de algum apoio. O caráter aglutinador de Itamar no primeiro momento expôs uma dualidade que seria marca de seu governo: na medida em que, politicamente, buscava afastar-se do discurso liberal, economicamente tomava medidas que agradavam ao grande capital e ainda oneravam a classe trabalhadora. Enquanto isso, ainda assim, exemplos de fracasso neoliberal pipocavam mundo afora, desde a América Latina até o Leste Europeu.

O Governo Itamar, porém, de forma não citada no livro, deixou um grande legado, na forma do Plano Real. Foi a maneira mais eficaz de combater o que talvez tenha sido o mais longo e problemático peso econômico na história do país: uma incontrolável e astronômica inflação. Itamar, no entanto, infelizmente não foi o último vice a assumir a presidência e a fazer suas próprias proposições, e em termos de quebra de agenda ficou muito atrás do atual presidente Michel Temer. Fica evidente, num cenário de crise e grande instabilidade política,

a necessidade de satisfazer os interesses de uma certa ordem para garantir-se no pleito. Mesmo sem aglutinar tanto quanto Itamar, Temer conseguiu levar adiante seu projeto apenas pelo caráter defensivo das classes dominantes de seu conteúdo. Como já haviam usado o Plano Real, ficamos com a nossa Ponte para o Futuro, que acabou por nos congelar 20 anos no passado.

3.3. Brizola

Seguindo com suas linhas de oposição duramente críticas, sempre à esquerda de quaisquer figuras, o autor traça um capítulo falando de Leonel Brizola, e destaca suas desventuras em busca do que seria um projeto de vida a caminho da presidência da República. Ricardo Antunes traça em algumas linhas a longa trajetória política fervorosa e destaca seu retorno pós-exílio como sendo objeto de alianças políticas esdrúxulas para executar seu projeto pessoal. O legado de Brizola, de fato, mesmo não deixando de ser honroso e profundamente respeitável, um símbolo de luta e resistência de uma esquerda que pode ser de fato perigosa aos interesses da ordem, não esconde que o caráter dessas decisões políticas pode ter representado seu declínio político, conferindo a ele pouco mais de 3% que o garantiram um quinto lugar na corrida presidencial em 94, e a derrota para o senado em 2002.

Apesar de tudo, seu legado continua a carregar um importante símbolo, o da luta pela legalidade e a defesa dos trabalhadores.

3.4. Governo FHC

Poucos períodos foram tão singulares e ao mesmo tempo tão comuns quanto o que consta da presidência de Fernando Henrique Cardoso. Singular pelas especificidades da *persona* de FHC, uma figura com ares de intelectual e estadista; e comum por justamente fazer o mesmo que os demais: seguir os interesses da ordem como ela exige em seu tempo. Fernando Henrique executou um projeto neoliberal à risca dos manuais. Reprimiu vozes trabalhistas, fez-se de bom moço, entregou nossas riquezas ao capital internacional e desconstruiu o parque produtivo brasileiro. Usou, como disse o autor, de uma “bela plumagem” para esconder uma “carne ruim”, que tratou de forma ostensiva às ações que buscavam defender os direitos dos trabalhadores.

FHC foi quem puxou a corrente dos tucanos os quais foram levados pelo sucesso e sua posição a pensarem ser *lordes*, inquestionáveis, eternos e incorrigíveis. Sua preponderância aliada a práticas políticas sombrias os levaram a doce decadência, ainda que tenham conseguido reeleger F. Henrique em 94 – muito por conta, claro, de sua imagem atrelada ainda ao Plano Real.

O tucano ainda foi a fundo com suas tentativas de levar à cabo o projeto de “modernização” neoliberal. Em um primeiro ponto, conseguiu fazer valer uma Reforma da Previdência que desconstruiu grande parte dos direitos trabalhistas. Não seria suficiente para o grande capital, claro, já que hoje vemos parado, apenas esperando uma oportunidade, um projeto ainda mais assombroso de reforma previdenciária. Mais uma prova do desmonte de direitos que acompanha essa falácia econômica moderna. F. Henrique, por outro lado, não conseguiu levar adiante sua entrega da Petrobras ao capital estrangeiro, e viu sua tentativa fracassar junto com o projeto da “Petrobrax Multifuncional”. A Petrobras foi, no entanto, mesmo saindo lesada desse processo, foi uma das poucas estatais sobreviventes a essa tendência de falência dos mecanismos estatais de administração das nossas riquezas.

O autor finaliza essa primeira parte com uma pergunta ao leitor “Qual o espaço Brasil?”. Tenta, com isso, levar a refletir qual o papel do nosso país frente a esse movimento global. A resposta é clara, e ele usa outro autor, o José Luís Fiori, para responder: “[...] o Brasil *está no espaço*, servil, submisso, e descontrolado. Mas não está sem rumo [...]”. Existe um projeto da ordem daqueles que dominam. Um projeto irracional e egocêntrico, mas que vem ganhando força política e auditório. A prova cabal disso foi vista nas eleições presidenciais de 2018, onde o absurdo pode ser simplesmente ignorado em nome deste projeto. Mais uma vez fica o questionamento. Os fatos até agora descritos apontam as consequências sociais inevitáveis deste modelo de (des)construção econômica, porque eles seriam diferentes agora?

4. Os desafios (e erros) se repetem

Continuando a leitura da obra, começa a ser discutida a diferença, dentro da situação política, entre a manutenção de uma busca por um social-liberalismo e a intenção de se tentar uma alternativa socialista. Tal discussão é motivada pelo próprio autor, o qual segue uma linha marxista que vê como insuficiente a manutenção do sistema tal como ele é, sendo

necessária a quebra radical das formas estruturais e de organização social atuais para que efetivamente seja realizada uma mudança.

Cabem, aqui, mais comparações entre o tempo passado e a atual situação política e social de nosso país. Para tanto, algumas perguntas devem ser feitas já no início da análise, tais como: será possível e viável uma alternativa socialista no Brasil de hoje? Se sim ou não, por que? Qual o estado atual das lutas sociais no mundo do trabalho, os trabalhadores estão engajados com um embate por direitos? Qual o papel do Estado ou, já que nos encontramos em um Estado golpista claramente anti-trabalho, quais os posicionamentos defendidos, dentro dessa questão, pelo candidato eleito de 2018? Será que existe, efetivamente, um projeto de doutrinação? Se sim ou não, o combate a esse projeto não seria em si uma doutrinação, também entrando no universo das ideologias?

Tais perguntas são fundamentais para que possamos realizar uma reflexão histórica entre o Brasil da primeira década do novo milênio e o Brasil um pouco mais adiante, que já se desiluiu com algumas experiências e fatalmente se ilude com as mais novas, as quais clamam ser novidades, mas, em seu âmago, são apenas mais repetições daquilo que já nos levou ao fracasso antes.

4.1. A (im)possibilidade de uma alternativa socialista na atualidade

Para iniciar a análise, focaremos na possibilidade ou impossibilidade de uma nova tentativa socialista dentro de nosso país. Essa discussão entrará em outros pontos desse trabalho, já que muitos deles são interligados e podem, portanto, serem utilizados para entender uma ou outra consideração aqui feita.

A busca por uma alternativa socialista tem base na ideia de que uma real mudança que viria a beneficiar o trabalhador apenas seria possível caso se quebrasse o sistema tal como ele se organiza e funciona, destruir sua estrutura e possibilitar que o próprio trabalhador pare de ser uma classe dentro da sociedade e passe a ser um indivíduo como os demais, livre da exploração inerente ao sistema do capital. Dessa forma, torna-se perceptível que qualquer outra opção ou caminho para a alteração desse *status quo* é, no mínimo, muito ingênua. Como foi defendido por Lênin em seu livro *O Estado e a Revolução*, os “ingênuos social-democratas” não nada senão mais lacaios do capital e, portanto, do sistema vigente. Lutam por mudanças mas permanecem na mesma esfera de dominação. Por não entrarem no radicalismo, mantêm a radical e sanguinária máquina estatal que, segundo o próprio Marx,

funciona como uma ferramenta de dominação das classes dominantes. Foi por esse exato motivo que a população russa, no período entre fevereiro de 1917 e outubro desse mesmo ano, percebeu que o jogo de explorações não havia mudado, e começou a considerar que o radicalismo seria, efetivamente, a única opção, o que viria a desencadear uma revolução socialista.

Vale notar aqui que o próprio Lênin não previu a revolução antes que a mesma batesse em sua porta. Por mais que o revolucionário fosse abertamente contra como as coisas se organizavam, ele não percebeu a magnitude e a velocidade na qual as coisas mudaram dentro do país até que fosse chegada a hora. Permanecem aqui dois pontos, portanto, que podem ser retirados de Lênin: o primeiro diz respeito à ideia de que é impossível que haja uma real melhora nas condições de vida do proletariado sem que haja uma quebra do sistema tal como ele é, o que impossibilitaria a alternativa social-democrata de ser algo viável para tal fim. O segundo ponto é relativo à surpresa na qual foi pego Lênin, o maior nome da revolução russa, naqueles caóticos meses que precediam outubro (e outubro em si), o que denota que os ânimos da sociedade mudaram completamente em um curtíssimo período de tempo.

Ainda dentro dessa discussão, é importante lembrar que, apesar de todo o esforço de uma nação e de um povo cansado com os absurdos a eles impostos por um sistema degradante e desmoralizante, a experiência russa (e no caso a experiência soviética como um todo) não foi, a longo prazo, detentora de um sucesso duradouro. Em 1991 a URSS fragmenta-se em um movimento que é realizado de dentro para fora, como que implodindo, por contradições dentro de seu próprio mundo. É óbvio que, segundo as teses de Marx, a superpotência estava fadada a seu triste fim por motivos diversos, como o princípio de “comunismo num só país”. Porém, invariavelmente, a mesma veio a tombar, e a resposta do público, o qual, majoritariamente, nunca teve contato com as obras que realmente dissertam sobre o comunismo, foi a percepção de que o segundo mundo (socialista) caía por terra junto com ela.

É dessa forma e nesse cenário atual, pós-URSS e pós-guerra fria, que a análise deve ser feita. Por um lado, é muito perceptível que a social-democracia, mesmo operando em sua total capacidade (a qual nunca foi alcançada, vide as subordinações de nossos social-democratas ao grande capital em detrimento do trabalhador) não é capaz de quebrar os problemas inerentes ao sistema em si, mantendo a exploração e a desumanização do trabalho, o qual, cada vez mais, se torna improdutivo e, por assim o fazer, complica ainda mais a vida dos que já não têm muita coisa. Por outro lado, vemos já, há alguns anos, a onda de ódio à esquerda em todo o país. É difícil achar um militante da esquerda que, nos dias atuais de

acirradas discussões políticas (as quais podem ou não fazer sentido), não tenha tido pelo menos uma briga com algum familiar, ou sofrido ataques muito piores, chegando a agressões físicas na rua, entre outras coisas.

Uma leva de ódio motivada pelo discurso do então candidato, agora presidente eleito, do PSL, Jair Bolsonaro, o qual prega (e essa é sua principal bandeira, sem a menor sombra de dúvidas) o ataque à esquerda. Para este fim, o filho do mesmo, o deputado Eduardo Bolsonaro, prega a criminalização das ideias comunistas³. Ao mesmo tempo, o presidente eleito clama por e motiva uma repreensão moral das ideias de esquerda, e promete proibir todo o tipo de ensino ideológico dentro das instituições de ensino, o que, além de ser uma grande baboseira e uma real impossibilidade, é contraditório e hipócrita em si, já que entra no universo das ideologias que as mesmas limitações dizem combater. No coração do povo brasileiro, no dia a dia das pessoas ditas “comuns”, esse ódio, essa repugnância e desprezo são cultivados todos os dias por meio de dezenas de mensagens por parte de redes sociais e mídias alternativas. É muito perceptível, portanto, que, se já na época em que Ricardo Antunes escreve sua obra aqui discutida, a situação não era favorável para a tentativa de uma alternativa socialista, hoje em dia essa chance parece virtualmente nula.

Para adicionar sal à ferida, os países que hoje são fruto dessa tentativa não se encontram nas mais agradáveis condições. Por mais que saibamos que, efetivamente, nenhum Estado conseguiu realmente chegar ao comunismo, a percepção popular é a de que foi a doutrina socialista que levou às mazelas e aos problemas sociais, econômicos, culturais e internacionais dos países hoje ditos socialistas. A Venezuela se encontra a beira de uma guerra civil, enfrentando dura repreensão internacional e sofrendo de graves crises humanitárias. Cuba, embora se encontre em condições de IDH favorável, ainda é tida na mídia como um fracasso do sistema e como exemplo execrável dos resultados de sua escolha, além de estar, até os dias de hoje, sofrendo um embargo econômico internacional. A Coreia do Norte sequer gera muitos comentários por parte da mídia, tendo em vista a dificuldade de se entrar no país, isso sem entrar em méritos de abuso de poder e das crises que lá ocorrem relativas aos direitos humanos.

Por essas e muitas outras razões, a alternativa socialista é vista com péssimos olhos pela maioria do povo brasileiro, incluindo boa parte da própria esquerda, a qual flerta com a

³O referido deputado encaminhou, em 2016, uma proposta que criminalizaria a apologia ao comunismo. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITO-E-JUSTICA/538209-PROJETO-CRIMINALIZA-APOLOGIA-AO-COMUNISMO.html> acesso em 30 de outubro de 2018.

ideia mas reconhece a dificuldade de sua implementação na atualidade. Dessa forma, parece muito improvável que qualquer governo, ou qualquer parcela da população, leve a sério essa possibilidade, e continuam a delegar, com uma esperança desesperançosa, sua confiança no sistema social-democrata, o qual, até os dias de hoje, não apresenta resultados satisfatórios.

4.2. O ontem e o hoje, o incerto amanhã

Por sorte, o acervo histórico relativo à política e à economia mundial é muito, muito vasto. De tal maneira, não precisamos mais esperar às escuras o que virá. Temos a possibilidade de buscar, no passado, as chaves para desvendar os resultados do presente, embora ela nem sempre se encaixe na fechadura. Parece-nos, portanto, necessário voltar um pouco no tempo, a fim de entender o que o presente tem a contar sobre o futuro.

Feliz ou infelizmente, não precisamos voltar muito. Observando os resultados desastrosos da implementação do Consenso de Washington (e, com ele, o neoliberalismo) para o cenário das relações trabalhistas, podemos perceber que, pelo fato de que as propostas do governo eleito se tratam de fórmula muito similar às antigas, o amanhã não parece muito convidativo, pelo menos não para a “classe-que-vive-do-trabalho”.

Tal fato é de fácil observação, embora tudo o que possa ser feito, atualmente, é uma comparação. De fato, o cenário internacional e econômico atual é muito diferente de como ele era nas décadas de 80 e 90, e talvez os resultados se demonstrem muito diferentes (e, esperamos, mais positivos). Porém, de acordo com a experiência que tivemos com esse sistema, não aparenta ser esse o caso. E nós não fomos os únicos.

Uma vasta crise alimentícia abalou boa parte da América Latina após o drástico aumento de preços de alimentos na mesma nos anos que sucederam 2006, apesar da aparente estabilização no preço de commodities. Tal fato se deve, em boa parte, às medidas adotadas por ocasião da ratificação do Consenso de Washington pelos países de terceiro mundo. Com os mercados abertos às empresas estrangeiras, a participação estatal, bem como os pequenos empreendedores, fora engolida pelas maciças multinacionais. O resultado disso é que os preços das comidas aumentaram, fator resultante da falta de concorrência, o que levou o povo pobre, o qual já possui poder aquisitivo muito baixo e gasta a maior parte de sua renda em

alimentos, a ficar incapacitado de obter os mesmos. A fazenda do mundo passa, dessa forma, a sofrer uma grave crise de fome⁴.

Mas o passado ainda possui muito a revelar, para muito além de pautas unicamente econômicas. Em sua obra, Ricardo Antunes chama a atenção para o evento da greve histórica dos petrolíferos, a qual ocorreu sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso. De maneira claramente autoritária e irresponsável, o então presidente ordenou que fosse retomada a normalidade do trabalho daquele setor, utilizando das Forças Armadas no processo, em clara violação aos Direitos Trabalhistas. Um fato deve ser daqui retirado para uma análise mais aprofundada: a subserviência do judiciário em relação aos interesses dominantes.

Não é novidade a ideia de que o Brasil possui, até os dias de hoje, uma verdadeira aristocracia formada por “pessoas”, as quais se diferem de “indivíduos” e são, por isso, detentoras de maior prestígio social, chegando a serem capazes de burlar a lei, e às vezes até alterá-la. Essa diferença é estudada por Roberto Damatta ao analisar a emblemática expressão “*Você sabe com quem está falando?*”. Ora, sabendo disso e percebendo que a posição do TST à época da greve dos petrolíferos foi a de apoio ao governo vigente, é perceptível que o combate aos direitos trabalhistas já foge à esfera econômica e passa, portanto, a ganhar força em outros setores da sociedade. Mas as arbitrariedades da justiça não estão presas aos tempos de FHC. Em claríssimas violações aos direitos previstos pela constituição (nomeadamente o princípio de presunção de inocência) um ex-presidente da república foi, quase que literalmente, caçado e posto atrás das grades em um dos processos penais mais rápidos e sem sentido que o Brasil já teve o desprazer de presenciar.

O judiciário encontra-se inchado, o que possibilita que graves afrontas aos direitos fundamentais sejam realizados a qualquer momento, por qualquer membro do Poder hipertrofiado. As arbitrariedades fogem à esfera econômica, começam a pairar, também, sobre questões como a liberdade de expressão e os direitos políticos, como tornou-se claro na ocasião das intervenções do TRE-RJ nas universidades públicas⁵, alegando que as mesmas possuíam “manifestações político-partidárias”, o que era uma inverdade. Para além disso, a justiça parece agir com demasiada leniência, como que evitando se intrometer em assuntos notavelmente problemáticos, como os posicionamentos abertamente racistas e homofóbicos

⁴ Relatório disponível, em inglês, em https://www1.essex.ac.uk/armedcon/themes/food_security/Latin_America-Food_Prices_Brief.pdf acesso em 30 de outubro de 2018.

⁵ Notícia disponível em <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/eleicoes/2018/noticia/2018/10/26/tre-rj-diz-que-tirou-cartazes-de-universidade-publica-porque-nao-e-permitida-a-propaganda-eleitoral-ou-partidaria-bens-de-uso-comum.ghtml> acesso em 30 de outubro de 2018.

do então candidato Jair Bolsonaro durante sua campanha à presidência da república. Toda essa soma de fatos causa em muitos cidadãos, em especial nos que se encontram à esquerda do espectro político, muito receio. Mas ótimo seria se esse receio não tivesse motivação em eventos precedentes.

Não se trata de um evento isolado. A participação política do judiciário deve ser, em muitos casos, desmotivada. Tal não fora o caso no início do século, quando o judiciário ultraconservador e nacionalista da Alemanha durante República de Weimar, por repetidas vezes, decide por não condenar criminalmente milicianos filiados ao Partido Nazista que haviam perpetrado atos de violência motivados por suas concepções político-ideológicas. Além desse ponto, a polícia decide revogar o banimento do partido, de modo que o mesmo pudesse fazer campanha para as eleições nacionais⁶. Atos como estes ajudaram, na longa caminhada, à ascensão daqueles que levaram a cabo o que provavelmente foi o período mais sombrio da humanidade, e tudo isso teve respaldo nos que deveriam observar às leis. Tolerar atos de intolerância não é defender a liberdade de expressão, mas sim compactuar com atrocidades, é ser intolerante.

5. A segunda vingança da história e a conclusão sobre o cenário político na atualidade

Muito pior do que seria se apenas mantivesse o sistema econômico como ele é e, dessa forma procedendo, tentasse remediar as disparidades sociais existentes no cotidiano da “classe-que-vive-do-trabalho”, a social-democracia brasileira parece servir, até os dias de hoje, aos interesses do grande capital. Com certeza fizemos grandes avanços sociais nos últimos anos, mas eles são completamente eclipsados pelas vantagens aproveitadas pelas grandes empresas. Os impostos, os quais deveriam já ter sido feitos cobrando mais dos ricos que dos pobres, até hoje se mantém como aliados das discrepâncias e das humilhações sociais. Vivemos em um país controlado por oligopólios de bancos e redes de telecomunicações, mesmo que a nossa própria constituição expressamente proíba a ocorrência da segunda situação. O grande capital usa e desusa o Brasil a seu bel-prazer, fazendo desse empobrecido e contraditório país um verdadeiro paraíso tropical (fiscal). Estados foram levados à falência

⁶EVANS, Richard J. **Terceiro Reich na história e na memória**: Novas perspectivas sobre o nazismo, seu poder político, sua intrincada economia e seus efeitos na Alemanha do pós-guerra. São Paulo, SP: Planeta do Brasil, 2018.

por conta dessa subserviência, como é o caso do Rio de Janeiro, o qual isenta 75% em sua isenção fiscal, levando si mesmo à deplorável condição em que se encontra, ao mesmo tempo que torna a vida dos que já tem tudo ainda mais fácil.

Não apenas na situação econômica, mas também nas questões sociais, o país encontra-se afundando cada vez mais. Embora nos últimos anos grandes avanços foram realizados nas pautas sociais, com a política de cotas e as muitas manifestações contra os preconceitos e prezando por questões identitárias sendo as maiores motivações desses progressos, a nação parece dar muitos passos atrás ao eleger, em 2018, um candidato com uma postura tão brutalmente oposta a todos esses pontos de liberdade, identificação e resistência. Resta aos que são oprimidos, bem como àqueles que os apoiam em suas lutas, continuar os embates, sem ceder nem um centímetro sequer aos vorazes ímpetos dos defensores de uma irreal, injusta e degradante meritocracia.

Tudo isso seria ruim o suficiente se parássemos por aqui, mas a situação piora, piora demais. As ideias com as quais flerta o presidente eleito sugerem uma completa desregulamentação (não mais parcial ou “de pouco em pouco”, mas completa) das relações de trabalho, tendo em vista que é sugerido, dentro do plano de governo do mesmo, a criação de uma carteira de trabalho “verde-amarela”, a qual prezaria pela supremacia do contrato sobre a CLT⁷. Os impostos serão congelados em 20%, o que ajudaria a aumentar drasticamente a disparidade social entre os ricos e os pobres, fator esse que deve ser, obviamente, combatido, e não agravado. Para além dessas questões relativas ao mundo de trabalho como um todo, o mundo de trabalho remetente às minorias também não parece nada melhor em suas propostas. JB afirma não reconhecer os problemas inerentes às minorias no Brasil, pelo menos dentro do universo do trabalho, citando a meritocracia (cujo grau de irrealidade sequer precisa ser explicado aqui) como o único definidor de quem ganha mais ou menos. Muitos outros absurdos foram defendidos à época de sua campanha eleitoral, mas explica-los todos demoraria demais e não é o objetivo dessa resenha. Um último fato deve ser apontado aqui: essas propostas são relativas ao então candidato que, no primeiro turno, chegou a 46% dos votos, passando a ganhar o segundo turno com 55% contra o petista Fernando Haddad, o qual conquistou 45%.

⁷ O projeto de carteira verde e amarela é explicitado no plano de governo do presidente eleito na página 64 de seu plano. Disponível em https://flaviobolsonaro.com/PLANO_DE_GOVERNO_JAIR_BOLSONARO_2018.pdf acesso em 30 de outubro de 2018.

O que é possível observar aqui é, portanto, que o povo brasileiro não mais vê com bons olhos (se é que um dia viu) o nosso Estado. Longe disso, odeia e repudia qualquer coisa que esteja a ele atrelado, culpando a esquerda por todos os mínimos detalhes de problemas sociais que possuímos, ao mesmo tempo que condena o que é público pelas discrepâncias sociais e enaltece grandes empresas como o suprassumo do exemplo de realização social. Não percebe o povo, então, que cai em contradições básicas, que abraça seus grandes rivais e lhes dá uma limpa costa para ser apunhalada. Pior, muito pior: o povo luta contra os reconhecimentos e efetivações de seus próprios direitos, em uma verdadeira cruzada pelo retrocesso. Se a situação era ruim no início do século, pelo menos lá os cidadãos lutavam por aquilo que viria lhes assegurar um mínimo de dignidade num mundo de atrocidades. Hoje em dia, sequer isso é parte da realidade. O povo luta pela remoção de direitos, pela desestruturação final de suas já poucas e pulverizadas garantias. O povo se tornou seu mais assíduo inimigo, em um verdadeiro movimento de “vingança da história”, como falou muito bem Emir Sader, só que dessa vez essa vingança não é contra os problemas advindos do capitalismo e do neoliberalismo, como o eram no início do milênio, mas sim contra a esquerda brasileira, tida como incapaz e culpada por todas as mazelas atuais.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **O manifesto comunista**. 20. ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2008.

EVANS, Richard J. **Terceiro Reich na história e na memória: Novas perspectivas sobre o nazismo, seu poder político, sua intrincada economia e seus efeitos na Alemanha do pós-guerra**. São Paulo, SP: Planeta do Brasil, 2018.

FITZPATRICK, Sheila. **A revolução russa**. São Paulo, SP: Todavia, 2017.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a Revolução: A doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na revolução**. São Paulo, SP: Boitempo, 2017.

MATTA, Roberto da; BRASIL, Sabem Com Quem Está Falando? Um Ensaio Sobre A Distinção Entre Individuo e Pessoa no Brasil. In: MATTA, Roberto da. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 179-248.

VOLTAIRE. **Tratado sobre a tolerância**. São Paulo, SP: Lafonte, 2017.